

O MASCULINO NOS CAMINHOS DA DOCÊNCIA PRIMÁRIA EM TERESINA (PI) – (1970-2000)-

Jânio Jorge Vieira de Abreu
Universidade Federal do Piauí

O presente estudo analisa o ingresso de homens professores nas escolas de formação para o magistério primário em Teresina (PI) – 1970 à 2000, com o objetivo de identificar e compreender os fatores que dificultam/facilitam a escolha profissional de homens pelo trabalho docente com crianças, uma seara culturalmente feminino.

A escolha do tema deve-se à preocupação com a problemática das relações de gênero em nossa sociedade e que refletem no interior da escola, sobretudo nas escolas de Teresina (PI) onde nos últimos anos, como professor primário e estudioso desta temática, tenho observado e vivenciando fatos que denunciam preconceitos com relação ao ingresso e atuação de homens no magistério primário da capital piauiense.

Dessa forma, professores egressos da Escola Normal Antonino Freire, do Projeto Logos II e dirigentes de escolas públicas estaduais, constituirão os sujeitos da pesquisa. Deste universo selecionei uma amostra de 20% entre alunos do Instituto de Educação “Antonino Freire”, do Projeto Logos II e homens professores em exercício e fora do exercício docente no magistério primário de Teresina (PI).

O recorte histórico (1970-2000) justifica-se pelo fato deste período compreender mudanças substanciais na educação e nas relações de gênero em nossa sociedade, especialmente em Teresina onde através deste estudo foi constatado aumento da procura dos homens pelo magistério primário.

A pesquisa é de caráter descritivo-analítica utilizando a técnica “história de vida dos professores”, uma das modalidades da pesquisa qualitativa com o propósito de coletar, organizar e interpretar dados que possam melhor estudar a problemática em questão. Os instrumentos utilizados são questionários e entrevistas.

Os estudos e pesquisas até então realizadas nos levaram a inferir que a dificuldade de inserção do homem no ensino primário deve-se a uma criação

inteiramente social e cultural de valores que constroem modelos femininos e masculinos a partir das diferenças sexuais. Portanto, trabalhamos com a hipótese principal de que o trabalho docente com crianças pode ser bem desenvolvido independente do sexo.

Assim, a proposta de estudo deste trabalho nos remete às discussões em torno dos conceitos de masculinidade, feminilidade, profissão docente e da análise das concepções e práticas em torno destas categorias dentro e fora da escola que produzem e reproduzem preconceitos, estereótipos, promovendo a divisão entre masculino e feminino por níveis e funções no magistério.

São concepções e saberes do senso comum que refletem posturas e práticas pedagógicas ingênuas e preconceituosas em relação ao homem, mulher, escola, profissão docente, etc. Essas representações são construídas na interação entre o indivíduo e a sociedade nas relações sociais.

A divisão sexual do trabalho é histórica e no magistério é flagrante a departamentalização masculina e feminina interferindo a partir da opção profissional e não só por níveis de ensino, mas também por áreas de conhecimentos. Tanto o mercado de trabalho como ensino formal em seus diversos níveis, apesar do princípio constitucional da igualdade de oportunidade educacional entre homens e mulheres, e da miscigenação sexual teórica e legal das escolas, vêm atuando no sentido de segregar os sexos.

Louro (1999, p. 57) afirma:

“Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade a escola produz isso. Desde os seus inícios a instituição escolar exerceu uma ação distintiva (...). A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferentes para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas”.

Á história da educação cabe buscar a articulação entre o presente e o passado. Tudo aquilo que é contemporâneo ao investigador traz tão forte marca de um certo passado que é como se não houvesse distinção entre o que passou e o que há para viver. Toda a cultura que perpassa as relações pedagógicas – os gestos, as atitudes, as expressões, os silêncios, os

sentimentos, as afetividades, as emoções, enfim, os valores – mudam lentamente e de alguma forma permanecem e restam como pregnâncias.

Para Lopes (1998, p. 38) é no século XVIII no interior de congregações religiosas como exemplo, a das filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, que começava a se construir uma concepção do que pudesse ser uma professora, “...*pela estima à função, afeição pelas crianças e grande paciência(...) amar seus alunos e ser amada, instruí-los com prazer, com doçura...*”

Essa concepção foi criada na educação religiosa e reproduzida para a educação pública e leiga permanecendo impregnada nos valores da escola, nos conceitos de professor/a ideal da educação escolar contemporânea.

Podemos afirmar que existe hoje um modelo e um ideal de professor e de professora que está presente não só na sociedade como na própria formação desse/a professor/a nos cursos de magistério ou nas faculdades de Educação. Ensina-se como deve ser uma boa professora; qualidades; defeitos, etc.

É este modelo, esta concepção de professor/a que vem, ao longo da história da educação, celebrando a mulher como professora por excelência, transportando e transformando no tempo a educação escolar em guetos sexuais.

Louro (1999, p. 57) afirma:

“No Brasil é possível identificar algumas transformações sociais que, ao longo da segunda metade do século XIX, vão permitir não apenas a entrada das mulheres nas salas de aula, mas, pouco a pouco, o seu predomínio como docentes. As formas como se dá essa feminização, pode ter algumas características particulares, ainda que se assemelhem a processos que ocorreram também em outros países”.

Bueno et. all (1998, p. 48) num trabalho sobre “os homens e o magistério” mostram como na constituição do campo educacional brasileiro no início deste século, as mulheres vão se tornando maioria no exercício da profissão docente, enquanto os homens vão ocupando os postos superiores na hierarquia burocrática. Entre outros fatores, o crescente desprestígio da profissão docente e baixos salários, explicam a evasão de professores do

magistério que atinge, sobremaneira, os docentes do sexo masculino. Neste mesmo trabalho as autoras concluem através de depoimentos de estudantes de magistério que as descobertas ou identificação com o magistério por parte dos homens passa por um processo distinto das mulheres. As escolhas femininas são orientadas por uma lógica de “destinação” para o ensino, vocação, tendência a gostar de crianças. Com os homens esta identificação com o magistério geralmente só acontece na prática em sala de aula e na relação com o conhecimento da área de educação na universidade.

Neste estudo realizado em Teresina foi constatado através de depoimentos que as dificuldades encontradas pelos homens para se inserir no magistério primário está mais relacionada à inserção do que à prática destes professores em sala de aula.

No Piauí o processo de feminização do magistério reflete de maneira geral a realidade brasileira e nestas concepções acima citadas. No entanto, ao analisar o processo de implantação do sistema escolar público a partir do período colonial vamos encontrar algumas particularidades.

Para Lopes (1999, p. 96), tudo começou com a criação das escolas mistas: *“originariamente a escola de primeiras letras no Piauí tinha sua divisão calcada no gênero”*. Por medida de contenção de gastos, o governo e outras autoridades da então Província do Piauí a partir de 1867 incorporaram o discurso em prol das escolas mistas elegendo a mulher como professora por excelência. Para o poder público, com a presença do sexo feminino no magistério podia-se pagar menores salários, o que significava economia para os cofres públicos.

Lopes esclarece ainda que o discurso estabelecendo vínculos estreitos e orgânicos entre escolas mistas e magistério feminino, se constituía gradativamente e à medida que se comprovava a economia com tais escolas.

Assim justifica o processo de transformação da Escola Normal em escola para mulheres, um projeto que no Piauí inicia pela necessidade de formação de professores para o ensino primário, termina sofrendo um processo inverso das escolas de primeiras letras, e de mista, torna-se exclusivamente feminina.

A Escola Normal de Teresina, hoje Instituto de Educação Antonino Freire funcionou efetivamente a partir de 1910. Nos primeiros anos só mulheres

freqüentavam esta escola. A formação do primeiro normalista homem só aconteceu em 1918. Após o primeiro, só a partir de 1936 alguns homens se inseriram nesta escola, ainda assim, o masculino continuou presença rara no corpo discente da Escola Normal Oficial do Piauí. A partir da década de 70 eles reencontraram os caminhos da Escola e progressivamente um pequeno percentual passou a procurá-la anualmente bem como foram se inserindo nos programas de formação de professores leigos do Estado, e em escolas privadas criadas nas duas últimas décadas.

ALUNO(A)S CONCLUDENTES DO CURSO PEDAGÓGICO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ANTONINO FREIRE DE 1912 A 1941 – TERESINA(PI)

ANO	CONCLUDENTES		ANO	CONCLUDENTES		ANO	CONCLUDENTES	
	HOMENS	MULHERES		HOMENS	MULHERES		HOMENS	MULHERES
1912	-	21	1922	-	16	1932	-	08
1913	-	16	1923	-	08	1933	-	15
1914	-	06	1924	-	11	1934	-	28
1915	-	02	1925	-	11	1935	-	51
1916	-	10	1926	-	21	1936	01	30
1917	-	10	1927	-	23	1937	03	28
1918	01	05	1928	-	24	1938	02	48
1919	-	09	1929	-	36	1939	01	57
1920	-	08	1930	-	27	1940	03	33
1921	-	06	1931	-	31	1941	-	33

FONTES: ARQUIVO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO “ ANTONINO FREIRE “-TE(PI)

Na década de 30 e 40 outros homens passaram e se formaram pela Escola Normal de Teresina. Até o final da década de 50 os alunos e alunas da Escola Normal eram de classe média. Um percentual deles vinha da cidade de Floriano(PI) onde a escola Normal só oferecia as três primeiras séries do Curso Normal, necessitando, portanto, a conclusão do magistério Normal na capital Piauiense, já que na época para concluir o Curso Pedagógico era necessário cinco anos de estudo.

A partir de 1948 a Escola Normal começou a se popularizar, sobretudo com a criação do ginásio para formação e preparação básica do curso de magistério normal. Os alunos oriundos das classes populares começam a se

inserir nesta escola e os de classe média vão se evadindo e junto com estes o prestígio, o status e a qualidade do ensino vão aos poucos nas próximas décadas caindo, mudando assim o quadro sócio-econômico dos normalistas da Escola Normal Oficial do Piauí.

No final dos anos 50 e início dos anos 60 os homens desaparecem dos quadros da Escola Normal e reaparecem continuamente e em baixo índice só a partir de 1966. Na segunda metade do século XX esta instituição já é uma escola para as classes populares. Os alunos e alunas que nela estudam são filhos de lavadeiras, comerciários, carpinteiros, pedreiros, etc. Se antes com um ensino de boa qualidade estudavam os filhos dos patrões, depois com o baixo nível da qualidade do ensino estudam os filhos de empregados e subempregados da classe média piauiense. Na Escola Normal de ontem, mais qualificada estudava o filho do engenheiro, do comerciante, do fazendeiro; na Escola Normal de hoje-desqualificada, estuda o filho do pedreiro, do comerciário, do posseiro, etc. Nestes dois momentos os homens a procuram, embora com objetivos diferentes, em nenhum deles aspiravam a docência primária. Antes eles eram estudantes profissionais à procura de ascensão social, depois são estudantes trabalhadores á procura de inserção no mercado de trabalho, de uma simples inserção social.

ALUNOS CONCLUDENTES DO CURSO PEDAGÓGICO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

ANTONINO FREIRE DE 1942 A 1970 – TERESINA(PI)

ANO	CONCLUDENTES		ANO	CONCLUDENTES		ANO	CONCLUDENTES	
	HOMENS	MULHERES		HOMENS	MULHERES		HOMENS	MULHERES
1942	02	38	1952	-	24	1962	-	32
1943	03	45	1953	-	18	1963	-	78
1944	05	74	1954	-	28	1964	-	49
1945	07	43	1955	-	21	1965	-	66
1946	02	71	1956	-	29	1966	-	106
1947	01	52	1957	-	29	1967	-	210
1948	-	33	1958	-	40	1968	01	386
1949	-	26	1959	-	29	1969	-	435
1950	-	43	1960	-	28	1970		
1951	-	38	1961	-	24	1971	-	336

FONTES: ARQUIVO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO “ ANTONINO FREIRE “-TE(PI)

Embora o ingresso dos homens no magistério primário tenha sido contínuo e progressivo nos últimos trinta anos, o contingente masculino que atua ou opta pela docência primária ainda é muito singela e o ingresso destes profissionais, neste campo de trabalho que é culturalmente feminino, encontra mais barreiras na comunidade escolar do que limitações e resistência dos próprios homens.

ALUNO(A)S CONCLUDENTES DO CURSO PEDAGÓGICO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ANTONINO FREIRE DE 1970 A 2000 – TERESINA(PI)

ANO	CONCLUDENTES		ANO	CONCLUDENTES		ANO	CONCLUDENTES	
	HOMENS	MULHERES		HOMENS	MULHERES		HOMENS	MULHERES
1971	-	336	1981	07	858	1991	04	348
1972	-	571	1982	01	584	1992	03	223
1973	01	646	1983	-	366	1993	05	222
1974	-	861	1984	04	441	1994	12	319
1975	01	859	1985	05	435	1995	12	223
1976	01	486	1986	04	420	1996	05	204
1977	02	334	1987	06	392	1997	05	229
1978	03	246	1988	07	412	1998	09	311
1979	05	385	1989	05	414	1999	21	318
1980	04	421	1990	*-	-	2000	08	117

FONTES: ARQUIVO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO “ ANTONINO FREIRE “-TE(PI)

*No ano de 1990 não houve conclusão do período letivo em consequência de uma greve de professores.

Como podemos observar na tabela acima e através de outras fontes citadas neste trabalho, não houve grande procura dos homens pela Escola Normal no decorrer do século XX, e os depoimentos, documentos, etc. nos permite inferir que grande parte daqueles que cursaram o magistério normal neste último século pareciam não pretender atuar no ensino primário. Os poucos estudantes que concluíram o magistério na Escola Normal na primeira metade do século XX, eram estudantes profissionais de classe média atraídos pelo prestígio social da Escola Normal. A maioria deles ingressaram em outras atividades como: juristas, médicos, etc. A partir da segunda metade do século XX a Escola Normal foi se popularizando e os estudantes que nela se inseriam eram/são originários das classes populares do Piauí, em busca de uma

profissão para sobreviver. O pequeno aumento do índice de homens registrado na tabela acima que ingressaram na Escola Normal no final da última década e que coincide, inclusive, com um aumento da procura pelos concursos públicos para professores neste nível de ensino, está mais relacionado ao desemprego crescente no país do que ao desejo de ensinar para crianças. Enquanto na primeira metade do século XX os homens superavam os estereótipos, os preconceitos da sociedade em relação a um professor primário do sexo masculino, em busca de ascensão social, hoje eles enfrentam os mesmos preconceitos, a mesma barreira em busca de inserção social.

Pires (1985) num estudo pioneiro sobre a implantação da Escola Normal no Piauí, mostra que as primeiras Escolas Normais do Brasil foram instaladas e destinadas exclusivamente ao sexo masculino. Com a falta de alunos, de condições de trabalho e a desvalorização do magistério a escola vai se transformando em escola para mulheres e o currículo destas escolas no Brasil vai se adequando mais à formação de esposas e mães. No Piauí esta instituição de ensino teve uma característica particular. Durante muito tempo, nas primeiras décadas de funcionamento da escola, seu currículo era mais voltado para a preparação das esposas e mães da classe dirigente e dominante do Estado. Um curso que inicia como “arrimo dos pobres” e chega a ser juntamente com o Liceu piauiense, as principais escolas formadoras da classe dominante do Estado.

No Piauí o currículo da Escola Normal estava mais voltado para a formação do quadro dos possíveis dirigentes. Preparava mais para o exercício do lar dominante do que para o exercício da docência primária, com seus conteúdos humanísticos e civilizatório oferecia uma educação familiar patriarcal.

Os alunos que escolhiam a Escola Normal o faziam mais pelo status social, pela qualidade do ensino e pelo o que esta Instituição representava para a sociedade da época e não pelo magistério enquanto campo profissional nem tão pouco pelo desejo de lecionar para crianças. A Escola Normal, apesar de ser uma escola de formação profissional que formava especificamente para o magistério possuía uma base curricular comum capaz de preparar para uma boa faculdade, o que a tornava um passaporte dos alunos que nela ingressavam para uma boa faculdade. Assim, a maioria dos homens, que

optavam pelo curso pedagógico buscavam na realidade uma escola de alto nível de ensino para conseqüentemente alcançar um curso superior e de bom prestígio social. Cópias de documentos pessoais que constam nos processos dos ex-alunos da Escola Normal contribuem para estas afirmações e também identificam a classe social dos estudantes da escola na época. Eram alunos de classe média filhos de profissionais liberais como: médicos , juristas, políticos, funcionários públicos, comerciantes, etc. Os filhos da elite dominante do Estado eram conduzidos para estudar nas grandes metrópoles do país, os filhos da classe média ocupavam as duas melhores escolas do Piauí – Escola Normal e Liceu Piauiense, e os pobres eram excluídos da escola por que não podiam se manter em nenhuma das situações de educação escolar acima citadas. Os filhos das classes populares ficavam fora da Escola Normal pelo alto custo dos estudos e pelas exigências no processo ensino-aprendizagem desta escola, pois além destes alunos serem barrados pelo baixo poder aquisitivo dos pais, eles eram barrados também pelas normas tradicionais de aprendizagem que submetiam os interessados a testes seletivos onde eram submetidos a uma banca examinadora, um exame tão rígido que chegou a ser chamado de “barreira do inferno”. Diante disso podemos inferir que a Escola Normal durante a primeira metade do século XX enquanto escola de qualidade, apesar dos métodos de ensino tradicionais, excluía os menos favorecidos, nasceu seletiva, distintiva pois além de excluir os homens, excluía também os pobres.

Os depoimentos de uma ex-professora e ex-secretária da Escola Normal que trabalhou durante 50 anos nesta escola reforça estas análises:

“Os homens não queriam dar aulas para crianças por que em tempo algum o professor ganhou bem no Piauí (...) eles não tinham nenhuma dificuldade de ingressar na escola por que existia lá um clima verdadeiramente familiar, as alunas eram muito amigas dos alunos”.

Esta professora descreve a Escola Normal do seu tempo(anos 40,50...) com muita propriedade. Analisando os processos dos primeiros alunos homens da Escola Normal de Teresina selecionei uma relação de nomes para uma entrevista com esta professora. Ao se deparar com a relação de alunos concludentes assim se manifesta a ex-professora:

1936 – James da Costa Azevedo:

“... este moço é de Floriano, cursou os três primeiros anos lá e veio para Teresina para concluir o curso com o 4º e 5º ano. Ele chegou a lecionar no primário depois tornou-se Inspetor de ensino. Ele teve um irmão também estudando aqui. Você encontrou o processo dele?. Se chamava Otoni, eles já faleceram mas os familiares deles moram na zona leste!”.

1940 – Horácio Vieira da Rocha Filho:

“... é o meu irmão!!!. Ele também chegou a atuar no magistério primário, mas logo foi embora para o Rio de Janeiro, formou-se em Direito, atuou muito tempo como jurista e hoje está aposentado...”.

1940 – João de Carvalho Mendes:

“este também é de Floriano. Não sei onde anda este menino, se ele ainda está vivo!. Conheci toda essa gente”.

1942 – José Rodrigues da Mata:

“Este menino era tão inteligente!. Ele morreu afogado!”.

1943 – Gabriel Rodrigues de Sousa:

“era de Floriano, fez o curso Normal depois tornou-se funcionário do Banco do Brasil”.

1943 – José Ferreira Castelo Branco:

“ é o pai daquele Castelinho (...) também do Pedro Vilarinho que é professor da UFPI. Você os conhece? Este moço fez história na educação do Piauí. Foi Diretor da Escola Técnica Federal do Piauí durante muitos anos!”.

A maioria dos ex-normalistas, tornaram-se juristas. Neste trabalho localizei alguns deles ainda vivos aposentados como desembargadores.

1944 – Francisco Bonasser:

“este era de Teresina, mas filhos de uns árabes que moravam aqui”.

Ao iniciar a leitura de um dos nomes da relação de alunos confundi a sequência e fiz uma pequena pausa para identificar o nome correto. Tamanha foi a rapidez com que a professora completou com o sobrenome do ex-aluno. Observe:

1944 – Demóstenes de Sousa ...

“Borba, era da família Borba. Ele atuou na Educação pública do Piauí, mas como Inspetor de Ensino, depois foi para o Rio de Janeiro, lá formou-se em Direito. O Demóstenes teve um irmão que estudou aqui também!”.

1947 – Erasmo de Sousa Borba:

“é este mesmo, eles já faleceram mas têm uma irmã médica atuando aqui em Teresina, a Dra. Amarílis Borba!”.

Para realizar esta entrevista, consultei a esta professora um local em que ela gostaria que nos encontrássemos. Ela não teve dúvidas de que gostaria que fosse na própria Escola Normal, hoje “Instituto de Educação Antonino Freire”. Aquele ambiente da Escola onde a professora atuou por mais de 50 anos parecia rejuvenecê-la e aguçar a sua brilhante memória, e era com os olhos brilhando que ela respondia todas as perguntas antes mesmo de terminá-las. Sem esconder o orgulho e a satisfação tentava disfarçar isso com a seguinte questionamento!: *“Por quê vocês só procuram a mim para estes estudos? Eu não sei de nada! Tem tanta gente por aí que trabalhou aqui!”.*

1945 – Pedro Rodrigues Monção:

“ele era bem pretinho...! Um bom menino”

Apesar dos 90 anos de idade da professora aposentada e ex-secretária da Escola Normal do Piauí ela relata com muita propriedade e lucidez a Escola Normal do seu tempo. Seus depoimentos vêm reforçar as afirmações deste texto de que os poucos homens habilitados para lecionar no magistério primário não pretendiam esta função ou desistiram dela nos caminhos da docência primária.

Aliado às questões de gênero que cultural e socialmente produzem valores, estereótipos assegurando e construindo papéis sociais que dividem e adequam funções sociais a partir das diferenças sexuais, estão outros fatores que disfarçam a superação dos velhos e vão aparentemente mantendo ou reproduzindo-os. Entre outros fatores podemos ressaltar o aumento da procura dos homens pelo magistério primário nos últimos 10 anos, o que pode ser comprovado nas listas de classificados e aprovados dos Diários Oficiais e nos arquivos das escolas de formação para o magistério primário da última década. A realidade nos mostra que com a ditadura militar de 1964 o país parece ter sido aniquilado das suas possibilidades de crescimentos e desenvolvimento, que já eram pouco acreditáveis, e a crise do desemprego coloca em questão muitos valores culturais como por exemplo aqueles construídos nas relações de gêneros. Alguns destes valores parecem ter sido sufocados pela crise sócio-econômica do país e as dificuldades, preconceitos, etc. parecem ter sido sufocados pela necessidade de inserção no campo de trabalho, de sobrevivência. É a vocação, o desejo de realização pessoal sendo suplantado pelas necessidades básicas da vida humana, pelo desejo de inserção social.

A partir da década de 70 os homens reencontraram os caminhos da Escola e progressivamente um pequeno percentual passou a procurá-la anualmente bem como foram se inserindo nos programas de formação de professores leigos do Estado, nos concursos públicos e em escolas privadas criadas nas duas últimas décadas.

CANDIDATOS APROVADOS NOS ÚLTIMOS CONCURSOS PÚBLICOS
PARA
PROFESSOR PRIMÁRIO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO-
TE(PI)

ANO	APROVADOS	HOMENS	MULHERES	HOMENS %
1993	336	26	310	12%
1996	500	43	457	12,5%
2000	324	42	282	8%

FONTE: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE 18 DE FEVEREIRO DE 2000 E DE 17 DE MARÇO DE 1993

Os números da tabela acima representam apenas parte dos aprovados de cada concurso realizado. Nestes últimos dez anos a média foi de 1.500 candidatos aprovados ou com média classificatória para assumir o cargo de professor. No último concurso realizado pela Secretaria Estadual de Educação foram classificados mais de 2.000 professore/as dos quase 30.000 candidatos que concorreram.

PARTICIPAÇÃO MASCULINA NO PEDAGÓGICO PERSONALIZADO DO CEJA “ARTUR FURTADO”-TE(PI) DE 1993-1998

ANO	MULHERES	HOMENS	TOTAL	HOMENS (%)
1993	116	29	145	4%
1994	39	19	58	2%
1995*	-	-	-	
1996	113	23	136	5%
1997*	-	-	-	
1998	59	18	77	3%

*Não houve matrículas de aluno(a)s

Fontes: Arquivos do CEJA “Profº Artur Furtado”

Com relação aos professores primários em exercício na capital piauiense, é possível constatar que a realidade das escolas de formação reflete na inserção destes professores no exercício docente. Se os números mostram em termos quantitativos a tímida participação dos homens no magistério primário, a história, os relatos e depoimentos reforçam este fenômeno.

Neste estudo coletamos alguns dados em órgãos oficiais do governo e em estabelecimentos de ensino privado de Teresina, os quais revelaram os seguintes números:

PARTICIPAÇÃO MASCULINA NO MAGISTÉRIO (1ª a 4ª) DE TERESINA – PI EM 2000.

	TOTAL	MULHERES	HOMENS	HOMENS (%)
Rede Estadual	600	540	60	10
Rede Municipal	1350	1260	90	7
Rede Privada	200*	197	03	1,5

FONTES: Setor de estatísticas Sec. Municipal de Teresina e Estadual de Educação Piauí.

Setor de lotação, Folha de Pagamento da Sec. Estadual de Educação Piauí.

*Dados coletas em 20 escolas, privadas de Teresina.

A rede estadual e municipal de ensino, admitem os professores através de concurso público, enquanto a rede privada estabelece outros critérios: testes seletivos, indicações, etc. Assim, o acesso às escolas particulares torna-se muito mais restrito, considerando a forma como cada escola analisa a competência do professor, na maioria dos casos, adotando o teste prático que limita e dificulta o ingresso de homens fazendo prevalecer a concepção de docência primária = trabalho de mulher. O concurso público é um direito constitucional que contempla a todos habilitados para o cargo, independente do sexo, ficando assim as implicações das relações de gênero que acontecem na escola, posteriores à admissão do candidato, o que facilita um pouco mais a inserção dos professores no ensino público. Este é um direito do qual não dispomos na rede privada onde as relações de gênero interferem a partir da admissão, dificultando mais o acesso dos homens nas séries iniciais.

Observe trechos das falas de proprietários de escolas particulares de Teresina (PI):

“Um dos nossos critérios para admissão de professores é não contratar homens para trabalhar com crianças. Do ensino infantil até a 5ª série só admitimos mulheres e de preferência que sejam mães, por que é consenso entre nós (direção e coordenação) de que o homem não tem jeito para lidar

com as crianças, não tem a mesma afetividade da mulher, observamos nas relações entre professor(a) e aluno(a)”.

“Com a professora na sala de aula o resultado do ensino geralmente é melhor por que ela sabe lidar melhor com as situações adversas, ela tem mais calma paciência, é mais delicada no relacionamento com as crianças, evita inclusive problemas com os pais”.

A constatação dessa realidade encontra ressonância na análise que Pierre Bourdieu (1999) faz da construção social dos sexos. Para ele é no processo de socialização/educação que se inculca o *habitus* sexuado e sexuante, ou seja, constroem-se os sujeitos masculinos e femininos.

Bourdieu esclarece ainda que estes sujeitos não são construídos apenas socialmente, mas corporalmente já que cada um dos sexos apreende gestos, posturas, disposições, falas, etc., a ele designado por sua sociedade. O autor mostra que até mesmo a percepção da realidade é sexualmente conformada e direcionada de acordo com o gênero.

Portanto, é a partir das diferenças sexuais que a sociedade cria idéias sobre o que é ser um homem e o que é ser uma mulher, cria valores diferenciados para o que é masculino e o que é feminino. São as normas de gênero que definem o papel social adequado a cada sexo. Às vezes o papel a ser desempenhado pelo indivíduo é projetado antes mesmo de nascer.

Na rede pública estadual do Piauí, apesar do índice de inserção de professores ser superior (10%) à rede privada (1,5%), alguns fatos comprovam também a existência de preconceito com relação à prática do professor. É comum o professor ao ser empossado procurar trabalhar com séries mais avançadas onde as crianças são maiores. Os próprios dirigentes procuram facilitar o remanejamento destes profissionais.

Observe trechos da fala de alguns professores de escolas públicas:

“Quando assumi o cargo procurei logo trabalhar com educação de adultos à noite, porque qualquer problema com meus alunos, coisa que acontece todos os dias com as professoras, atribuíam na escola ao fato de ser homem. Mudei, mas eu já estava gostando de trabalhar com crianças”.

“Escolhi o magistério por uma oportunidade de trabalho, mas não consigo mais deixá-lo, é um trabalho que muda a cada dia, nenhuma aula, nenhum recreio é igual, nenhum dia é igual ao outro. Isto para mim é muito interessante”.

“Agora estou trabalhando com educação física, a coordenadora implicou comigo, os pais viviam reclamando. Tenho consciência de que desempenhei um bom trabalho, mas todos os problemas, eram atribuídos ao fato de ser homem, até quando eu chegava atrasado devido ao ônibus diziam que eu estava na farrá. Não vou esquecer da boa experiência na sala de aula, do convívio com as crianças. Um dia eu até organizei o aniversário de uma delas com a ajuda de minha mãe!”.

Essas posturas e práticas preconceituosas dos dirigentes das escolas, é resultado de uma cultura de valores que faz uma relação distorcida entre gênero e sexo definindo conceitos estereotipados a partir das diferenças sexuais. Isso torna necessário conceituar “sexo” e “gênero” em busca de uma melhor compreensão do objeto desta discussão.

Considerando o caráter histórico da palavra “gênero” o seu conceito também é histórico. Assim, conceituar gênero é identificá-lo no contexto e na temática específica na qual se insere e a qual se relaciona num determinado período histórico. Neste texto o conceito de gênero está relacionado à sexualidade humana.

Para compreender melhor as relações entre homem e mulher na realidade escolar é importante entender a diferença entre sexo e gênero. Para Scott (1999), gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, sendo assim uma construção social e histórica dos sexos. Já sexo é uma condição orgânica, biológica, diferenças físicas que distinguem o macho da fêmea e que não mudam radicalmente, apenas se desenvolvem durante o crescimento e a maturação humana. Portanto, a atribuição de valores, habilidades, capacidades ou conceitos ao indivíduo a partir das diferenças sexuais, é uma criação inteiramente social e ideológica de idéias sobre o papel adequado ao homem e à mulher, que vêm determinando tarefas, atitudes, comportamentos e funções “convenientes” a cada sexo. Assim, é uma questão de gênero e não de sexo, é

uma questão cultural e não biológica. A não compreensão dessas questões tem impossibilitado seres humanos de usufruir da liberdade de viver democraticamente. Neste sentido, qualquer tentativa ou mudança dos paradigmas tradicionais do ser homem, do ser masculino, gera o preconceito, discriminação e até isolamento.

Connell (1995, p. 189) aprofunda melhor essa discussão no artigo “políticas da masculinidade”, ao tratar da construção e reconstrução da masculinidade o autor afirma:

“Existe uma narrativa convencional sobre como as masculinidades são construídas. Nessa narrativa toda cultura tem uma definição da conduta e dos sentimentos apropriados para os homens. Os rapazes são pressionados a agir e a sentir dessa forma e a se distanciar do comportamento das mulheres (...) a feminilidade é compreendida como o oposto. A pressão em favor da conformidade vem das famílias, das escolas, dos grupos de colegas da mídia e finalmente, dos empregadores. A maior parte dos rapazes internaliza essa norma social e adota maneiras e interesses masculinos, tendo como custo freqüentemente, a repressão dos sentimentos (...) não devemos pensar as masculinidades como construções fixas, mas, sim entendidas como capazes de ser permanentemente reconstruídas”.

Do que Connell nos esclareceu podemos compreender que a masculinidade não pode ser configurada como expressão de dominação, fortaleza, estabilidade, insensibilidade, indelicadeza, como identificamos na representação de masculinidade na maioria das escolas estudadas neste trabalho, compreendida como o oposto de feminilidade e assim incapaz de estabelecer e desenvolver boas relações com as crianças.

Carvalho (1988), ao final do percurso empírico e teórico junto a quatro professoras e um professor, concluiu que os professor(a)s na sala de aula combinavam referenciais domésticos e profissionais trazendo para a escola habilidades e saberes do trabalho doméstico e da maternagem. Para esta autora o “*cuidado infantil*” é um referencial de bom trabalho pedagógico e as práticas relacionadas ao cuidado com as crianças são habilidades atribuíveis a homens e mulheres com as quais as escolas de formação de professores devem trabalhar.

Diante dos obstáculos para a inserção do homem educador nas séries iniciais, que vive e, em muitos casos, se coloca numa situação de muitos limites, não se deve alimentar o imobilismo. É preciso superar as barreiras, iniciando pelo espaço da sala de aula com uma prática educativa transformadora destas relações de gênero injustas, desiguais e preconceituosas. Devemos também procurar meios de apreender e compreender melhor a realidade escolar partindo das questões que mais nos preocupam e inquietam.

É, portanto, com a preocupação de compreender melhor a inserção do homem no trabalho docente com crianças que pretendo aprofundar o estudo das relações de gênero dentro da escola, e contribuir para o exercício de uma prática pedagógica que eduque independente do sexo.

Será sempre necessário perceber as diferenças sexuais: o sexo feminino, sexo masculino, etc, mas respeitá-las evitando a cultura de gênero estereotipada que produz preconceitos, que produz barreiras ao surgimento de oportunidades de trabalho e de realização profissional e pessoal. Em se tratando de direitos, liberdade, livre opção e escolha, não podemos separar gênero masculino de feminino, mas, antes de tudo, considerar o gênero humano. Assim, talvez possamos viver democraticamente, e aos poucos vamos restaurando a humanidade.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre: **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kahner. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999. 160p.

BUENO, Belmira Oliveira et all. **Os homens e o Magistério**. In: Vida e ofício dos professores. São Paulo, Escritura 1998, p. 45-64.

CARVALHO, Marília Pinto de. **Professor, professora: Um olhar sobre as práticas docentes nas séries iniciais do ensino fundamental**. São Paulo. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1988 (Tese), 247 p.

CONNELL, Robert W. **Políticas da Masculinidade**. In: Educação e Realidade. São Paulo, 1995, pág-183 a 206.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **Imagens do masculino e do feminino: co-educação e profissão docente no Piauí (1874-1910)**. IN: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Pesquisa em História da Educação: perspectivas de

análise, objetos e fontes. Belo Horizonte, Edições Horta Grande, 1999, p. 95-109.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Da sagrada missão pedagógica**. IN: FARIA FILHO, Luciano Mendes e Veiga, Cynthia Greive (orgs.). A psicanálise escuta a educação. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 35-70.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, 179 p.

SCOT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. IN: Mulher e realidade: mulher e educação. Porto Alegre, Vozes, V. 16, nº 2, jul/dez de 1990.

O termo “primário” é utilizado neste texto em substituição à expressão “primeiro e segundo ciclo do Ensino Fundamental”.

Licenciado em Pedagogia e Especialista em Supervisão Escolar-UFPI, Mestrando em educação – UFPI, professor da rede pública de ensino do Piauí e membro atuante do NERPERG(Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Relações de Gênero – CCE-UFPI. Preconceito é entendido neste texto como um conceito previamente elaborado sem uma análise objetiva da realidade (dicionário O GLOBO).

Cursos de formação para o magistério normal que se encontram atualmente desativados pelo MEC.

Artigo 206 da constituição Federal de 1988.

Ver Lopes, 1998, p. 38.

Lei nº 548 de março de 1910, no Governo de Antonino Freire da Silva.

Informações coletadas nos arquivos da Escola.

Informações dos processos de alunos concludentes da Escola.

Projeto Logos II, Pedagógico personalizado, etc.

Documentos pessoais dos alunos arquivados no Instituto de Educação e depoimentos de familiares e ex-professores da Escola Normal.

Embora estas informações não estejam neste texto através de números e tabelas, elas foram comprovadas através de documentos nos arquivos do Instituto de Educação Antonino Freire em Teresina(PI).

Informações coletadas nos Diários Oficiais de 1993 e 2000 com publicação de relação dos professores concursados.

Informações prestadas por uma ex-professora da Escola Normal Oficial do Piauí.

Projeto Logos II, Pedagógico personalizado, etc.

Conceito baseado no dicionário AURÉLIO.

Categoria de análise usada pela pesquisadora para a tese de doutorado.